

NOVOS OLHARES SOBRE A CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DE LAZER E TURISMO COM ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Recebido em: 02/06/2021

Aprovado em: 12/10/2021

Licença: 

Luciana Silvestre Girelli¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

Vitória – ES – Brasil

RESUMO: Este artigo pretende refletir sobre a constituição de novos olhares sobre a cidade e o espaço urbano a partir de uma experiência educativa no âmbito do lazer e do turismo realizado por estudantes do curso técnico em Guia de Turismo do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – campus Vitória, ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir de uma reflexão teórica sobre os limites e potencialidades do lazer, bem como sua importância para a concretização do direito à cidade, buscou-se demonstrar como uma experiência educativa relacionada à elaboração de roteiros turísticos urbanos contribuiu para que os estudantes, em sua maioria, de bairros de periferia, ressignificassem sua visão sobre a cidade, passando a valorizar sua identidade cultural, espaços de vivência e antigos espaços de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade. Roteiros turísticos. Educação de jovens e adultos.

NEW PERSPECTIVES ON THE CITY: AN EDUCATIONAL EXPERIENCE OF LEISURE AND TOURISM WITH STUDENTS FROM THE EDUCATION PROGRAM FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS

ABSTRACT: This article aims to reflect on the constitution of new views of the city, and the urban space from an educational experience in the field of leisure and tourism carried out by students of the technical course in Tourism Guide of the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes) - Vitória campus, offered in the Education Program for Young People and Adults (EJA). From a theoretical reflection on the limits and potentialities of leisure, as well as its importance for the realization of the right to the city, we sought to demonstrate how an educational experience related to the elaboration of urban tourist itineraries helped students, most of whom from suburban neighborhoods, redefine their views of the city, valuing their cultural identity, living spaces, and former recreation areas.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Política Social pela UFES. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais (UFES).

KEYWORDS: Right to the city. Tourist routes. Education program for young people and adults.

Introdução

Aliar a formação humana à formação profissional a partir de uma perspectiva crítica é um grande desafio para os educadores, sobretudo quando se trata da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vinculada ao campo do lazer e do turismo. Além dos conteúdos pertinentes à atuação profissional, é necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas que permitam que os sujeitos educandos tornem-se protagonistas na construção do seu conhecimento, o que não se apresenta como uma tarefa fácil, visto que a atividade turística, em que pese sua crescente popularização no decorrer do tempo, ainda é um tanto seletiva em termos de acesso econômico. Assim, incentivar o protagonismo de estudantes oriundos de classes populares em um campo de conhecimento vinculado a uma atividade econômica não plenamente acessível requer uma inovação em termos educacionais.

Este artigo busca, portanto, promover uma reflexão sobre a construção de novos olhares sobre a cidade e o lazer urbano a partir de uma experiência educativa desenvolvida em sala de aula com estudantes do Curso Técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos², no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – *campus* Vitória, durante o ano de 2019. Os estudantes elaboraram roteiros turísticos na cidade de Vitória (ES) e demais municípios da região metropolitana como trabalho final dos componentes curriculares Fundamentos do Turismo e Hospitalidade II e III, a partir das suas vivências, experiências de vida e interesse cultural. Baseada na perspectiva

² O curso técnico em Guia de Turismo do Ifes é uma oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), que possui, entre seus objetivos, oportunizar a conclusão da educação básica juntamente com a formação profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular.

Freiriana, que pressupõe a educação dialógica, com autonomia para os sujeitos e considerando seus contextos sociais, a atividade objetivou exercitar junto aos estudantes uma reflexão sobre seu lugar de fala, ressignificando os espaços da cidade a partir de suas memórias, trajetórias de vida e identidade cultural.

Os temas para a elaboração dos roteiros foi de livre escolha dos estudantes, que apresentaram pontos turísticos de seus bairros de moradia, geralmente localizados em áreas periféricas, e espaços não convencionais de interesse cultural, relacionados com suas vivências, memórias afetivas e saberes tradicionais. Como exemplo de trabalhos realizados, houve roteiros que lembraram a cata de mariscos no mangue pela família e atividades de lazer em mirantes naturais no topo de morros e em comunidades tradicionais de pescadores. Por meio de pesquisa de campo e bibliográfica, os alunos elaboraram um roteiro com apresentação para a turma.

Para refletir mais profundamente sobre os resultados dessa experiência educativa no campo do lazer e do turismo, será feita, inicialmente, uma reflexão teórica sobre os limites e possibilidades do lazer, bem como sua importância para a concretização do direito à cidade. Além disso, o incentivo a uma educação que contribua para a melhor compreensão dos espaços públicos também será abordada, juntamente com sua relevância para a formação de sujeitos mais conscientes dos espaços e de seu papel na cidade.

Após a discussão dessas referências teóricas, que fundamentam a prática educativa em questão, será detalhada a maneira como foi desenvolvida a atividade, considerando as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as concepções de ensino inerentes a essa modalidade. Por fim, serão apresentados os resultados dessa experiência educativa, por meio dos depoimentos de alguns estudantes

envolvidos com a ação, pelos quais será possível visualizar a transformação do olhar sobre os locais onde vivem e transitam no meio urbano.

O lazer como Resistência e o Direito à Cidade

Uma das abordagens que contribui para embasar a experiência educativa de que trata este artigo é a que discute o lazer como resistência. Para apresentar esse debate, será retomada, inicialmente, a produção de Valle (1988), que traça um breve histórico das concepções teóricas acerca do lazer no Brasil, demonstrando a ambiguidade inerente a essa temática: o lazer como lógica de dominação e o lazer como resistência.

Ao abordar o lazer como integrante da lógica de dominação da sociedade capitalista, a autora busca demonstrar como essa atividade está inserida na dinâmica da produção material da sociedade e na atuação do Estado. Na visão de Valle (1988), a produção de mercadorias na sociedade capitalista tornou-se a lógica dominante da prática social, organizando e atribuindo valor às ações humanas. Ao se pensar no indivíduo trabalhador, o seu trabalho “já não corresponde a uma necessidade sua, assim como suas atividades fora do trabalho passam a atender, diretamente, à satisfação não de suas necessidades, mas das exigências da produção: recomposição física e mental, reprodução da força de trabalho” (VALLE, 1988, p. 46).

Sendo assim, se a lógica de produção de mercadorias domina todo o tempo da vida dos indivíduos, ou seja, o tempo de trabalho e o tempo fora dele, as atividades de lazer adquirem importância de análise, pois para compreender a sociedade capitalista é necessário não apenas entender as formas de trabalho, mas também as de não-trabalho, dentre as quais o lazer.

A integração entre a lógica de dominação do capital, o tempo livre e o lazer pode ser percebida por meio do consumo. Grande parte das atividades oferecidas à classe que

vive do trabalho durante seu tempo livre, como o lazer e demais formas de entretenimento, estão vinculadas à possibilidade de consumir. De acordo com Padilha (2000), o consumo se transformou numa forma de lazer ou o próprio lazer passou a ser mercadoria de consumo. Essa autora assim explicita essa articulação:

Se as atividades de lazer são transformadas em mercadorias a serem consumidas, o lazer está perfeitamente integrado ao sistema econômico do qual faz parte; se este sistema econômico tem o consumo de mercadorias como pilar de sustentação, e momento de realização do lucro não só as atividades de lazer se tornam mercadorias, como o próprio tempo de lazer se configura em tempo para consumir mercadorias e; se é real a tendência de aumento do tempo livre em função das transformações tecnológicas, parece provável que aumentará consideravelmente o número de serviços especializados em entretenimentos (viagens, recreação, lazer) (PADILHA, 2000, p. 68-69).

A fim de ampliar a compreensão sobre a perspectiva do lazer como dominação, Bruhns (2002) afirma que, enquanto no âmbito da produção capitalista pode ser notada uma ênfase nos valores da instantaneidade e da descartabilidade, bem como o deslocamento da produção de bens para a produção de eventos, como espetáculos e shows, no âmbito do consumo duas tendências podem ser observadas. Uma delas é a ampliação do consumo de serviços em relação a bens e a outra é a mobilização da moda em mercados de massa, em oposição a mercados de elite. Em relação a essa última tendência, a autora destaca que há uma nítida aceleração do consumo relacionado a estilos de vida e hábitos de lazer, fato que demonstra que a esfera do consumo “não se apresenta como mero reflexo da produção, mas antes como um campo onde os bens tornam-se comunicadores, pois os sujeitos adquirem uma imagem mediante a compra de um signo-mercadoria” (BRUHNS, 2002, p. 9). Sendo assim, a lógica de dominação capitalista também se integra às atividades de lazer pelo consumo de estilos e de hábitos, para além do consumo de bens e serviços de entretenimento.

Entretanto, compreender a existência de uma lógica de dominação no lazer não invalida a percepção da sua potencialidade como forma de resistência. Na visão de Valle (1988), é justamente essa dinâmica contraditória, esse duplo aspecto revelado do

lazer, de ser uma atividade instrumentalizada pelo trabalho e por vezes alienante, e também de ser uma possibilidade de condução da classe trabalhadora para transcender os limites socialmente impostos à sua liberdade, que o torna uma categoria fundamental de análise da sociedade contemporânea.

Sendo assim, partir da concepção do lazer como resistência não significa desconsiderar sua integração com a lógica dominante da sociedade capitalista, mas reconhecer que ele também possui uma lógica própria, sendo um espaço de criação de bens e valores culturais e uma forma de expressão das contradições da sociedade. Valle (1988) assim sintetiza a ambiguidade do lazer:

Na agressividade ou na aparente alienação ou apatia, no consumismo ou na criação de novos comportamentos, na recuperação da tradição quanto em seu abandono, a prática de lazer espelha a realidade cotidiana, a cuja dinâmica está associada, e a convivência da sociedade com ela, sob forma de conformismo, de revolta ou ainda de busca de superação (VALLE, 1988, p. 48).

Ao se pensar o lazer como resistência no Brasil, a autora entende que, dadas as condições concretas de vida da maioria da população, a prática do lazer é, muitas vezes, por si só, mais do que uma crítica, é uma resistência cotidiana à lógica dominante na sociedade. “Resistência difusa e espontânea, mas todavia resistência, porque a prática de lazer não se funda na superação das necessidades da produção material, mas se realiza apesar dessas necessidades não estarem ainda satisfeitas” (VALLE, 1988, p. 48). Ela ainda pontua que as atividades de lazer disputam o tempo do trabalho com o sono, as obrigações familiares, a necessidade de horas extras e de recomposição do orçamento e que a resistência oferecida através do lazer assume uma luta pela reapropriação de um espaço de liberdade. Como exemplos de formas de resistência de lazer, a autora cita os sambas de “fundo de quintal” e as peladas e torneios de futebol nos bairros. Por fim, Valle (1988) conclui que “a compreensão da realidade do lazer parece emergir de uma dinâmica social onde lógicas opostas estão em ação e onde a prática popular pode ser

entendida como uma forma de resistência que assume múltiplos significados” (VALLE, 1988, p. 50).

Na visão de Bruhns (2002), se o lazer foi um repouso imposto pela racionalização e controle do tempo dos trabalhadores, ele também pode ser compreendido como uma possibilidade de um estado de relaxamento, por meio do qual as ideias podem ser repensadas e reestruturadas rumo a uma perspectiva de compreensão e transformação da realidade. Segundo a autora, “isso não implica em tempo e espaço determinados, mas a conquista de uma nova relação com a vida, numa revisão e reversão de valores” (BRUHNS, 2002, p. 10).

Na medida em que se compreende essa ambiguidade inerente ao lazer, considerando-o tanto como lógica de dominação quanto forma de resistência, abrem-se possibilidades de se pensar, no âmbito da educação em lazer e turismo, experiências de ensino que estimulem a crítica à mercantilização do lazer ao mesmo tempo em que se fomenta a imaginação e a criatividade acerca de novas práticas e olhares sobre as vivências nesse âmbito. Essa foi uma das intenções da experiência educativa em discussão neste artigo, pois os sujeitos envolvidos na ação, partindo de uma crítica às formas de roteiros turísticos já intensamente comercializados na capital do Espírito Santo e seu entorno, fizeram o exercício de ampliar o seu olhar, de alargar seus horizontes para o que estava, na verdade, muito próximo de seu cotidiano e que era pouco observado como espaços dignos de serem valorizados ou experienciados em momentos de lazer.

Essa nova maneira de se relacionar com o espaço público, que proporciona aos sujeitos um olhar crítico e participativo perante os locais onde vivem, pode ser estimulada pela educação, como apontam Padilha e Pacheco (2020). Segundo os autores, fazer dos espaços públicos locais de aprendizagem e convivência pode

contribuir para a formação de uma população mais atenta à sua realidade, de visitantes mais conscientes e de cidadãos mais participativos. “Os espaços públicos de uso comum, como ruas e praças, precisam oferecer elementos para que a cidade se mostre para os seus cidadãos e, por meio desta visibilidade, estimularem neles o interesse em ali permanecer, cuidar e viver na cidade” (PADILHA; PACHECO, 2020, p. 12). Sendo assim, estimular que os próprios moradores dos bairros, na condição de estudantes de Guia de Turismo, recuperem a história e memória local e reflitam sobre os espaços onde vivem como espaços de lazer por meio da elaboração de roteiros turísticos, mostrou-se ser um exercício interessante de aprendizagem, educação para a cidade e formação cidadã.

O direito à fruição dos espaços urbanos como valor de uso e não meramente como valor de troca é também debatido por Lefebvre (2011) ao tratar do direito à cidade. Segundo o autor, trata-se do direito à vida urbana, aos locais de encontro e troca, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam seu uso verdadeiramente pleno, o que não é possível sem a alteração do sistema capitalista:

A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e, por conseguinte, se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária (LEFEBVRE, 2011, p.139).

Complementando essa perspectiva, o direito à cidade, de acordo com Harvey (2013), vai muito além do acesso àquilo que já existe, pois se relaciona ao direito de mudar a cidade. Ele afirma que esse é o direito de fazer a cidade diferente, de formá-la de acordo com as necessidades coletivas, tornando-a mais inclusiva. Seu alcance depende, contudo, de esforço coletivo e mobilização política: “O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (HARVEY, 2013, p. 55).

Aliado ao direito à cidade encontra-se também o direito ao lazer. Acerca dessa temática, Pacheco (2016) afirma que a participação ativa nos destinos da vida na cidade e as formas de ocupação e uso dos espaços públicos apresentam-se como elementos fundamentais na luta para além do “direito de ir e vir” no espaço urbano. Segundo ele, a cidade precisa ser observada como um espaço dinâmico e vivo, não apenas como circulação do capital e seus insumos materiais e humanos, mas primordialmente como espaço do encontro, da sociabilidade, da interculturalidade e da expressão da diferença. “Os espaços públicos começam a ser pensados e vividos não como residuais, aquilo que sobrou da partilha do território capitalista global, mas como lugares centrais de experiências de vida” (PACHECO, 2016, p. 100). Nesse sentido, diante das tamanhas desigualdades sociais que permeiam a vida nas cidades, o direito ao lazer insere-se como um movimento de ruptura em relação a esse processo tão desigual de apropriação do tempo e do espaço, tornando-se uma pauta importante para a equalização das desigualdades urbanas.

Diante das problematizações teóricas apresentadas, compreende-se que experiências educativas no campo do lazer e do turismo, a partir de práticas pedagógicas como a que será detalhada a seguir, podem contribuir muito para a formação cidadã, trazendo a perspectiva do lazer como resistência e do direito ao lazer e à cidade como pontos centrais para uma transformação na visão de mundo e nas formas de se relacionar com os espaços públicos. Ao se vincular essa perspectiva ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como será abordado no próximo item, será percebido o quanto essa temática articula-se de maneira muito assertiva ao perfil e aos desafios inerentes a essa modalidade de ensino.

Elaboração de Roteiros Turísticos e a Emergência de Novos Olhares sobre o Lazer na Cidade

A fim de analisar mais detidamente os resultados dessa experiência educativa de que trata este artigo, é importante abordar algumas características e especificidades dos estudantes do curso de Guia de Turismo do Ifes-*campus* Vitória. Como dito anteriormente, trata-se de um curso vinculado ao Proeja, programa criado durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2005, e que tem como objetivo integrar a Educação Básica à Educação de Jovens e Adultos e à Educação Profissional, com a finalidade de atender sujeitos acima de 18 anos que não conseguiram concluir o ensino médio e que carecem de perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Governo Federal estabeleceu que as instituições federais de educação profissional deveriam implantar cursos nessa modalidade, oferecendo “[...] no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007” (BRASIL, 2006).

O Proeja é, portanto, uma política de inclusão social e educacional de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas e que tem como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lugar de excelência no país para a formação profissional, e que até então registrava “[...] a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional” (BRASIL, 2007). Considera-se que esse Programa é uma política pública estável voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que contempla a elevação da escolaridade com profissionalização, com o objetivo de contribuir para a integração sociolaboral do “[...] grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade” (BRASIL,

2007, p. 11). No Documento Base do Programa, esses sujeitos são explicitados da seguinte forma:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p. 11).

Ainda no Documento, é destacada a forte presença de jovens na EJA, fator atribuído, em grande parte, a problemas de não permanência e insucesso no ensino fundamental regular. Relata-se que o acesso das crianças ao ensino fundamental é uma questão, de certa forma, já equacionada no país, mas a permanência e o aprendizado desse público são aspectos que ainda não são plenamente efetivados. Em virtude das desigualdades socioeconômicas do Brasil, muitas famílias acabam lançando mão do trabalho das crianças para complementação da renda mínima, fato que pode interferir na continuidade dos estudos. Como consequência desse processo,

[...] mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (BRASIL, 2007, p 11).

A especificidade do público mencionado no Documento Base do Proeja pode ser encontrada entre os estudantes do programa que cursam Guia de Turismo no *campus* Vitória do Ifes. Esse curso, iniciado em 2015, registrou, no primeiro semestre de 2020, a presença de 200 estudantes, sendo 137 do sexo feminino e 63 do masculino, conforme informações retiradas Sistema Acadêmico da instituição. Além disso, dos 200 estudantes matriculados nesse curso em 2020, 137 declararam-se pretos e pardos, totalizando 68,5% do alunado; ao passo que 25 declararam-se brancos, representando 12,5% do curso. Dois (1%) declararam-se amarelos e três declararam-se indígenas, enquanto 33 (16,5%) estudantes não declararam sua cor/raça.

No que se refere à faixa etária, 103 estudantes encontram-se entre 18 e 29 anos e 33 entre 30 e 29 anos. Sendo assim, 51,5% dos alunos do curso têm menos de 30 anos de idade. Nas demais faixas etárias, encontram-se distribuídos da seguinte forma: 36 alunos (18%), de 40 a 49 anos; e 28 (14%), de 50 a 65 anos. Os dados também revelam números decrescentes de matriculados conforme o aumento da faixa etária.

As características acima levantadas revelam algumas particularidades dos estudantes do curso de Guia de Turismo do Ifes-*campus* Vitória. Pode-se inferir que são sujeitos marcados pela descontinuidade na trajetória escolar, em sua maioria mulheres, jovens e negros, e de segmentos populares no que se refere à origem socioeconômica. Todos residem em municípios da região metropolitana de Vitória, sendo 33% em Vitória, 32,5% em Vila Velha, 17,5% em Serra, 16% em Cariacica, 0,5% em Guarapari e 0,5% em Viana. Evidentemente, esses aspectos não definem de maneira absoluta quem são os estudantes do curso, mas se constituem como referências importantes para situar esses sujeitos no cenário socioeducativo.

Diante desse público, é necessário pensar em atividades de ensino nos campos do lazer e do turismo que dialoguem com o perfil do estudante da Educação de Jovens e Adultos. Para isso, faz-se necessário retomar os ensinamentos de Paulo Freire acerca de uma educação que seja força de mudança. Segundo Freire (1992), a educação para as massas se faz absolutamente necessária no Brasil. Contudo, ela precisa romper com sua roupagem alienante, que domestica indivíduos, para avançar rumo à liberdade, deixando de produzir homens-objetos para forjar homens-sujeitos.

Sendo assim, na visão de Freire (1996), a escola deve respeitar os saberes que o educando constrói em sua vida em comunidade, articulando os saberes curriculares a suas experiências de vida. Além disso, deve estimular o reconhecimento e autoafirmação do estudante como sujeito de sua própria trajetória:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar condições para que os educandos em suas relações sejam levados a experiências de assumir-se. Como ser social e histórico, ser pensante, transformador, criador, capaz de ter raiva porque capaz de amar. A questão da identidade cultural não pode ser desprezada. Ela está relacionada com a assunção do indivíduo por ele mesmo e se dá, através do conflito entre forças que obstaculizam essa busca de si e as que favorecem essa assunção (FREIRE, 1996, p.22).

Partindo da perspectiva Freiriana de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades ao aluno para sua própria construção” (FREIRE, 1996, p. 24), desenvolveu-se uma atividade educativa em lazer e turismo que consistiu na elaboração de roteiros turísticos pelos estudantes do curso a partir de suas experiências de vida e de seus espaços de moradia e lazer. A seguir, será detalhado o percurso metodológico dessa prática educativa.

De acordo com estrutura curricular do Curso de Guia de Turismo do Ifes-*campus* Vitória, durante o segundo e terceiro período, são ministradas as disciplinas de Fundamentos do Turismo e Hospitalidade II e Fundamentos do Turismo e Hospitalidade III. O objetivo geral do primeiro componente curricular mencionado, segundo o Projeto Pedagógico do curso (2018), consiste em adquirir conhecimentos para a formação e profissionalização a partir do estudo sobre a estruturação e organização do turismo, em especial na cidade de Vitória. A ementa pressupõe, entre outros conteúdos, estudos relacionados ao Sistema de Turismo (SISTUR), bem como a oferta e demanda turística no município de Vitória, com destaque para a elaboração de rotas, roteiros e circuitos turísticos na cidade.

A disciplina de Fundamentos do Turismo e Hospitalidade III também tem como objetivo geral a aquisição de conhecimentos para a formação e profissionalização no setor de turismo, mas com foco na oferta turística de toda a região metropolitana da Grande Vitória, que compreende, além da capital do Espírito Santo, os municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Fundão e Viana. A identificação de roteiros

existentes nessas localidades e a elaboração de novas propostas estão contidas nos objetivos dessa disciplina. Sendo assim, ao final dos referidos componentes curriculares, o estudante deve possuir conhecimentos em relação aos principais atrativos, rotas e roteiros da cidade de Vitória e dos demais municípios da região metropolitana, conteúdos fundamentais para sua atuação profissional como Guia de Turismo.

Ocorre que, durante as aulas das referidas disciplinas, não era raro que grande parte dos atrativos turísticos e espaços de lazer mais convencionais das cidades fossem desconhecidos para boa parte dos estudantes. Com frequência, ouviam-se vários comentários nas turmas, como os mencionados a seguir: “Professora, não conheço nenhum desses locais que a senhora falou”; “Nunca visitei nada disso”; “Moro em Vitória há tantos anos, nem sabia que isso existia”; “Eu nem nunca ouvi falar desses lugares”. Considerando o perfil de público dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, compreende-se que essa falta de conhecimento dos atrativos turísticos já consagrados nos guias turísticos das cidades está intimamente ligada a um acesso limitado, por parte desses estudantes, aos bens culturais e dos espaços de lazer urbano e de turismo.

Considerando essa situação, alguns desafios colocaram-se para a prática docente, a saber: como ministrar esses componentes curriculares de maneira a alcançar seus objetivos sem que eles se tornassem um mero repasse de informações dos guias turísticos das cidades para os estudantes? Como apresentar os atrativos turísticos sem que eles representassem apenas uma vitrine distante da realidade dos sujeitos educandos? Como partir das experiências de vida dos estudantes para estimular a criação de novas perspectivas de turismo e de lazer urbano? De que maneira seria

possível valorizar os saberes trazidos pelos alunos para a escola? Como, enfim, tornar os estudantes protagonistas de um novo olhar sobre as cidades onde vivem?

Antes de responder a esses questionamentos, é importante ressaltar que o conhecimento acerca da oferta turística já consagrada desses municípios é extremamente relevante para os estudantes, sendo por isso, itens programáticos das ementas dos referidos componentes curriculares. Entretanto, apenas o repasse de informações sobre esses atrativos turísticos e espaços de lazer mostrou-se insuficiente para seu aprendizado, uma vez que o desenvolvimento do protagonismo estudantil na construção do conhecimento é fundamental no processo de ensino-aprendizagem e imprescindível no caso dos estudantes da EJA.

Com o objetivo de responder a esses desafios, buscou-se no princípio do reconhecimento dos espaços de produção de saber na sociedade uma nova forma de trabalhar com os estudantes a fim de conhecer os atrativos turísticos – consagrados e potenciais – da cidade de Vitória e de seu entorno. Sobre esse princípio, retoma-se novamente o Documento Base do Proeja, que ressalta a necessidade do reconhecimento das formas de saberes e manifestações culturais não-hegemônicas:

Isto remete ao reconhecimento dos espaços de produção de saberes na sociedade, muitos deles interditados aos jovens e adultos para a fruição e acesso, como, por exemplo, os que possibilitam a vivência com bens culturais produzidos historicamente – disponíveis em museus, teatros, bibliotecas, cinemas, exposições de arte. Se esta precisa ser uma referência para o currículo do ensino médio com educação profissional, exige também reconhecer formas e manifestações culturais não-hegemônicas produzidas por grupos de menor prestígio social e, quase sempre, negadas e invisibilizadas na sociedade e na escola. Nesses espaços, os saberes produzidos são também reconhecidos e legitimados, e evidenciados por meio de biografias e trajetórias de vida dos sujeitos. Compreende-se que são eles decorrentes dos variados espaços sociais que a população vivencia no seu estar e ser no mundo, seja cultural, laboral, social, político e histórico (BRASIL, 2007, p. 42-43).

Partindo desse princípio, que busca nos diversos espaços sociais a construção dos saberes, foi proposta uma prática pedagógica que valorizou a trajetória de vida, a

identidade cultural e a memória dos estudantes: a elaboração de roteiros turísticos³ em Vitória e na região metropolitana a partir do olhar dos estudantes.

A proposta de construção dos roteiros foi direcionada às turmas da seguinte maneira: os estudantes deveriam elaborar um roteiro turístico inovador, que fugisse da oferta turística já consagrada nos municípios da região metropolitana da Grande Vitória. Para isso, poderiam partir de suas trajetórias de vida, mas também de sua identidade cultural e de sua maneira de olhar e perceber os espaços da cidade. O trabalho deveria ser apresentado de forma oral e por escrito⁴. Para a realização dessa atividade, utilizaram como metodologia de pesquisa entrevistas com moradores dos bairros e com integrantes de espaços culturais, bem como pesquisas em fontes documentais.

Durante o processo de elaboração desses roteiros, a escolha das temáticas mostrou-se um momento extremamente enriquecedor, tanto para a professora orientadora, como também para os estudantes, que puderam “des-cobrir” seus espaços de vida, muitas vezes vistos como espaços subalternos e periféricos, adquirindo valor e reconhecimento.

Cabe citar algumas propostas de roteiro que se destacaram no que se refere ao processo de descoberta e elaboração. Um deles foi o do estudante Vinícius, de 42 anos, que vive em situação de rua, pernoitando em abrigos de acolhimento a essa população no município de Vitória. Ao discutir sobre a definição de seu tema, ele inicialmente propôs um roteiro que percorresse os patrimônios históricos do Centro de Vitória, uma

³ Cabe explicitar que, conforme a Lei nº 8.623/1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo, a elaboração de roteiros turísticos não consiste em uma atribuição ou função do Guia de Turismo e sim das Agências de Turismo, conforme a Lei nº 12.974/2014. No entanto, mediante a formalização do Guia de Turismo como pessoa jurídica por meio do dispositivo do Microempreendedor Individual (MEI), é possível atuar na elaboração de roteiros turísticos. Essa possibilidade foi incentivada pela Prefeitura Municipal de Vitória por meio do Decreto Municipal 17.596/2018, que dispõe sobre o cadastramento de circuitos turísticos em áreas urbanas públicas no município de Vitória. Por meio desse dispositivo legal, poderá ser feito o cadastramento de circuitos turísticos, que serão realizados por guias profissionais que conduzam visitantes a pé, gerando o direito de promover e comercializar o serviço.

⁴ Além da apresentação feita em sala de aula para a turma, alguns estudantes também apresentaram seus roteiros turísticos para um público mais amplo durante a IV Semana de Turismo e Hospitalidade do Ifes-campus Vitória, realizada entre os dias 14 e 19 de outubro de 2019, em Vitória (ES).

vez que ali era seu local de maior circulação. Entretanto, a orientação da professora foi para que ele fizesse esse exercício a partir do seu olhar sobre a rua, tendo em vista sua longa experiência com esse espaço urbano. Ele então elaborou um roteiro denominado “Vidas não-urbanas”, por meio do qual discutiu como viviam os moradores em situação de rua em diversos pontos do Centro Histórico de Vitória, incluindo locais de interesse histórico-cultural, como a Praça Costa Pereira, a Catedral Metropolitana, o Parque Moscoso e o Sambão do Povo. Por meio de seu roteiro, ele expressou como as pessoas em situação de rua eram invisibilizadas de maneira geral pela sociedade e também pelo turismo de massa, sobretudo durante grandes eventos, como no período de desfiles de carnaval na capital. Por meio dessa narrativa, o estudante problematizou a questão da visibilidade seletiva do turismo de massa nos espaços urbanos, pois ao mesmo tempo em que diversos espaços, como construções históricas, são visibilizados, há uma população local vulnerável que é invisibilizada, seja pelos visitantes, seja pelo poder público.

Outra proposta de roteiro que se destacou durante o processo de elaboração foi a da estudante Ana Bernadete, de 55 anos, que abordou o tema “Manguezal e lagoas da Pedreira, em Resistência, Vitória-ES”. Quando ela apresentou a proposta de desenvolver um roteiro sobre essa localidade especificamente, foi indagada sobre qual a motivação de sua escolha e ela revelou que, quando pequena, catava mariscos com a família no manguezal do bairro Resistência. Então, para ela, elaborar um roteiro sobre esse local era reviver um momento especial de sua infância, lançando um novo olhar para aquele espaço, como descreve no depoimento abaixo, concedido por meio de entrevista⁵:

⁵ Os depoimentos concedidos pelos estudantes neste artigo ocorreram por meio de entrevistas realizadas pela docente organizadora da atividade, no espaço da escola, no ano subsequente à realização dos trabalhos, com a finalidade de registro qualitativo da experiência. Todos os depoimentos contaram com o livre consentimento dos sujeitos educandos.

Foi uma experiência única fazer o trabalho em lugares que marcaram minha infância. Voltar a pisar no mangue depois de tantos anos e rever a pedreira, o sentimento foi um misto de alegria e vontade de chorar. O mangue porque era a fonte do nosso sustento, e a pedreira que dava um certo medo, pois quando estava para explodir e estávamos no mangue tirando mariscos, tínhamos que sair correndo para que as pedras não nos atingissem. Por isso, estar ali e poder contemplar as lagoas (que são resultado da extração das pedras), foi muito emocionante e, através deste olhar, entender como o turismo pode surgir de lugares despercebidos, bastando só um olhar empreendedor e o empenho dos órgãos públicos, e assim poder oferecer, tanto para a comunidade local, quanto para os turistas, um turismo seguro, dando boas condições de lazer (SILVA, 2020).

Pelo depoimento da estudante, percebe-se que a atividade pedagógica possibilitou o resgate de memórias e sentimentos relacionados a determinados espaços urbanos, que não são formalmente estruturados como espaços de turismo e lazer, mas são identificados como tal na vivência cotidiana dos sujeitos. Na oportunidade em que os estudantes tiveram de apresentar os espaços da cidade significativos para eles, conforme sua história de vida, essas memórias voltam à tona, em um exercício de ressignificação e valorização do espaço.

Uma proposta de roteiro também permeada por sentimentos e memórias foi desenvolvida pela estudante Viviane, de 40 anos, que propôs um *tour* pelos bairros “Quadro e Cabral, em Vitória-ES”, regiões periféricas da capital do Espírito Santo. Nascida e criada nessas comunidades, a estudante incluiu em seu roteiro pontos muito importantes para sua história de vida, como por exemplo, o “antigo cartório”, onde muitos moradores foram registrados ao nascer. Esse local, inclusive, foi o ponto de partida do roteiro turístico dessa estudante, que justificou sua escolha dizendo que ali era o início de tudo na comunidade, pois o começo da vida estava registrado lá.

Nessa proposta de roteiro, também foi incluída a “pracinha do Quadro”, local que, pelo formato, deu origem ao nome do bairro. Esse foi e continua sendo um espaço público de encontros e onde ocorrem confraternizações e feiras comunitárias. A estudante também considerou que os projetos sociais do bairro seriam pontos turísticos dignos de conhecimento e visitação pelo público. Nesse sentido, inseriu o Núcleo Afro

Odomodê, que trabalha o resgate da cultura africana com jovens e o enfrentamento ao racismo, bem como o Projeto Caminhando Juntos (CAJUN), voltado para a promoção da cultura, arte, esporte e inclusão social com crianças e adolescentes.

Outro local incluído no roteiro da estudante Viviane foram os mirantes naturais, conhecidos popularmente como região da “Chapada”, que frequenta desde a infância como espaços de lazer. Segundo ela, até hoje, ocorrem jogos de futebol, piqueniques e soltura de pipas nesse local, que, inclusive, é uma das entradas para o Parque Estadual da Fonte Grande, importante área de conservação da Mata Atlântica localizada na capital do Espírito Santo. Considerando os locais escolhidos por essa estudante para a composição de seu roteiro, percebe-se que as memórias individuais e coletivas e os lugares mais cotidianos de uma periferia urbana de Vitória deram sentido a um percurso turístico muito interessante. A estudante, que não teve dúvidas sobre o que propor como roteiro, registrou essa experiência da seguinte forma:

No curso tenho aprendido como olhar para nossa cidade de maneira cultural, desenvolvimento em geral e mostrando também o meu bairro mesmo sendo na periferia, temos locais de tamanha importância, vistas maravilhosas e bons empreendimentos gerando renda para muitas famílias [...] tenho orgulho de ter tido o prazer de apresentar o meu bairro como exemplo de coisas boas [...] (VITÓRIA, 2020).

As propostas de roteiros turísticos que abordaram locais de moradia tiveram destaque na proposta pedagógica que está sendo relatada. Uma delas foi desenvolvida pelo estudante Leonardo, de 47 anos, trabalhador autônomo e surfista das praias do bairro Ponta da Fruta, em Vila Velha (ES), onde nasceu e cresceu. Por meio de pesquisas com fontes orais no bairro e de acordo com sua vivência local, ele abordou a história dessa vila de pescadores e suas transformações ao longo do tempo a partir de seu olhar de nativo, marcado pelo forte vínculo com o mar. O estudante pesquisou, por exemplo, sobre a origem do nome de cada uma das praias do bairro e apresentou a problemática do avanço do mar sobre as construções próximas à faixa de areia. Além

disso, abordou a religiosidade e a fé das manifestações culturais e religiosas que ocorrem no local, como o Círio de Nazaré e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Segundo ele, o trabalho de elaboração dos roteiros “foi muito prazeroso, eu me senti um guia e também pude ver minha região com outros olhos, um potencial enorme para o turismo” (RIBEIRO, 2020).

Outra proposta de valorização da história e memória local foi realizada pela estudante Leidiane, de 41 anos, que fez um roteiro pela região da Grande Santo Antônio, em Vitória (ES), com destaque para o bairro onde reside, Caratoíra. Essa é uma das regiões mais antigas da capital e, por isso, conta com locais de grande valor histórico, como a Basílica e o Cemitério de Santo Antônio, o mais antigo da cidade. A estudante falou sobre os túmulos mais visitados dentro do local, bem como lendas populares reproduzidas ao longo dos anos por quem vive aos arredores do cemitério.

Por se tratar da área mais antiga de Vitória, foram incluídos no roteiro pontos que remetiam a locais que hoje já não existem mais, que ficaram apenas na memória de moradores mais velhos. Ela resgatou por meio de entrevistas, por exemplo, a história de um espaço comercial muito famoso, onde se comercializava cacau, chamado de “Ponto Chic”; bem como a memória de uma rua cuja característica principal era a presença de diversas casas coloridas onde funcionavam prostíbulos.

Porém, não somente a memória local foi apresentada nessa proposta de roteiro. A atividade cultural do bairro também foi bastante evidenciada, sobretudo as realizadas na rua, de maneira informal entre vizinhos, como as rodas de samba, sendo a mais recente delas o “Kintal do Tira-gosto”. Por morar em um bairro localizado onde existe uma escola de samba, a Novo Império, a estudante afirmou que o samba é uma atividade cultural bastante apreciada pela população local e está sempre presente no dia a dia dos moradores. De acordo com a estudante, ela passou a olhar para sua

comunidade e para si própria de maneira diferente após a realização dessa atividade educativa:

A experiência de fazer um roteiro de onde eu moro teve a importância de abrir os meus olhos para as coisas que vão além de um passeio turístico e sim da importância que aquele lugar tem para mim. E saber a importância que eu tenho para a minha comunidade (SANTOS, 2020)⁶.

Por fim, será apresentada a proposta de um roteiro com recorte na identidade cultural, denominado “Samba Tur” e desenvolvido pela estudante Rosângela, de 58 anos. Pelo fato de ser uma mulher negra e amante do samba, a estudante decidiu fazer um roteiro turístico que pudesse mapear os espaços formais e informais do samba na capital do Espírito Santo. Para isso, fez um levantamento e mapeamento dos principais espaços relacionados a essa prática cultural em Vitória, como bares tradicionais, casas de show, sambas que ocorrem em ruas, rodas e escolas de samba. Em sua pesquisa, ela buscou destacar os locais onde se expressa a herança negra no município de Vitória através dessa prática cultural. Em sua opinião, resgatar e conhecer esses espaços está intimamente relacionado a uma forma de valorização cultural de seu povo:

Fazer um roteiro turístico sobre o samba em Vitória foi de uma leveza tão grande, pois quando se fala do que já está em nossa alma é gostoso; falar sobre a minha cultura foi maravilhoso. Durante minhas pesquisas, convivi com realidades que antes não convivia (no caso a violência nas comunidades), mas mesmo assim o resultado como um todo do meu projeto foi ótimo. Foi só um protótipo, existem acertos a serem feitos, alguns que dependem de mim, mas outros que cabem a outros me ajudarem a acertar, mas tenho certeza que quando os acertos forem feitos em conjunto esse "protótipo" se tornará "SAMBA TUR" (CONCEIÇÃO, 2020).

Conforme a apresentação de alguns dos trabalhos e os depoimentos dos estudantes envolvidos, nota-se que os roteiros elaborados trouxeram muitas perspectivas e olhares diferenciados sobre a cidade de Vitória e os demais municípios da região

⁶ Após a realização do roteiro turístico sobre a região da Grande Santo Antônio, a estudante Leidiane foi selecionada pelo Projeto Visitar da Prefeitura Municipal de Vitória para atuar como Monitora de Turismo na Basílica de Santo Antônio, onde tem apresentado um pouco de sua percepção sobre a comunidade aos turistas e visitantes.

metropolitana, incentivando, por meio de uma educação que valoriza a história de vida e saberes dos sujeitos, novos olhares sobre os espaços urbanos a partir de uma atividade pedagógica em lazer e turismo.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo demonstrar, por meio de uma prática pedagógica de ensino em lazer e turismo, o quanto pode ser rica a visão das cidades a partir de olhares não-hegemônicos, de sujeitos que vivem e experimentam essas localidades desde um outro lugar, muitas vezes, de um lugar cotidiano e subalterno. Verificou-se que a elaboração dos roteiros contribuiu para ressignificar a atividade turística e os espaços de lazer, sobretudo em áreas de periferia urbana, trazendo uma nova perspectiva sobre esses locais, conforme o olhar de quem o relata e descreve.

Partindo das concepções teóricas do lazer como resistência e do direito à cidade, demonstrou-se o quanto a educação envolvendo a compreensão e a valorização dos espaços públicos pode contribuir para a formação cidadã. Na experiência relatada, os estudantes do Curso de Guia de Turismo do Ifes-*campus* Vitória, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), puderam repensar sua relação com os espaços da cidade, sobretudo seus locais de moradia, como espaços ricos de história, memória e identidade cultural.

A prática pedagógica analisada, realizada com estudantes jovens e adultos, em sua maioria, negros e mulheres, demonstrou ser uma interessante possibilidade de atividade de ensino em turismo e lazer, sobretudo com o público da EJA, pois partiu das vivências e experiências dos sujeitos, inserindo-os como protagonistas na criação de novas leituras sobre os espaços das cidades onde vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília: MEC, 2007. Documento Base.

BRUHNS, Heloisa Turini. Apresentação. *In*: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Ed. Chronos, 2002. p. 7-13.

CONCEIÇÃO, Rosângela da. **Rosângela da Conceição**: inédito. Vitória (ES): Jucutuquara, 2020. Entrevista concedida a Luciana Silvestre Girelli.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 149 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76 p.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 47-61.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Sistema Acadêmico**. Disponível em <https://academico.ifes.edu.br/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. **Projeto pedagógico do curso técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Vitória (ES): 2018. 136 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2011. 141 p.

PACHECO, Reinaldo. Lazer e Cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC/SP**. São Paulo, n. 2, maio 2016. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/eb77f03d-f2cf-446d-8692-2eb2d5522fcb.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PADILHA, Marcela do Nascimento; PACHECO, Reinaldo. Espaço público ou espaço de consumo? o caso da Praça Higino da Silveira, um lugar turístico da cidade de TERESÓPOLIS/RJ. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, v. 13, n. 28, junho/junho 2020. Disponível em <https://www.eumed.net/rev/turydes/28/espaco-publico-consumo.html>. Acesso em 12 jan. 2021.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. São Paulo: Alínea, 2000. 111 p.

RIBEIRO, Leonardo Neppi. **Leonardo Neppi Ribeiro**: inédito. Vitória (ES): Jucutuquara, 2020. Entrevista concedida a Luciana Silvestre Girelli.

SANTOS, Leidiane Moreira Neves dos. **Leidiane Moreira Neves dos Santos**: inédito. Vitória (ES): Jucutuquara, 2020. Entrevista concedida a Luciana Silvestre Girelli.

SILVA, Ana Bernadete Santos. **Ana Bernadete Santos Silva**: inédito. Vitória (ES): Jucutuquara, 2020. Entrevista concedida a Luciana Silvestre Girelli.

VALLE, Lilian. O lazer como resistência. **Fórum educacional**: Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, Outubro/Dezembro, 1988. p. 44-50.

VITÓRIA, Viviane Rodrigues da. **Viviane Rodrigues da Vitória**: inédito. Vitória (ES): Jucutuquara, 2020. Entrevista concedida a Luciana Silvestre Girelli.

Endereço da Autora:

Luciana Silvestre Girelli

Endereço Eletrônico: luciana.girelli@ifes.edu.br